

# BC corta Selic em 0,5 ponto, a 12,25% ao ano, e defende meta fiscal já estabelecida

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central decidiu de forma unânime na quarta-feira (1º) reduzir a taxa básica de juros (a Selic) em 0,5 ponto percentual, de 12,75% para 12,25% ao ano, e sinalizar novos cortes da mesma magnitude nas próximas reuniões.

Em meio à discussão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre revisão da meta fiscal de 2024, o Copom voltou a afirmar a importância de perseguir os alvos já estabelecidos para que as expectativas de inflação caminhem em direção aos objetivos.

“Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, consequente-

mente, para a condução da política monetária, o comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas”, escreveu o Copom.

O debate sobre o risco fiscal voltou a ganhar força depois de Lula afirmar, na sexta (27), que “difícilmente” o país vai atingir o objetivo de zerar o déficit no próximo ano, conforme prometido pelo ministro Fernando Haddad.

Apesar da reação negativa do mercado financeiro após a declaração do chefe do Executivo, o Copom manteve a sua estratégia sinalizada no encontro anterior, em setembro, e promoveu o terceiro corte de juros consecutivo na mesma intensidade.

A nova redução levou a Selic ao menor nível desde maio de 2022, quan-

do a taxa básica estava fixada em 11,75% ao ano.

Os membros foram unânimes na avaliação de que o atual ritmo de queda da Selic é apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo de desinflação.

A decisão do Copom veio em linha com a expectativa unânime dos economistas pelo corte de 0,5 ponto percentual na taxa básica. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que essa era a projeção consensual do mercado financeiro, com base na comunicação feita pela própria autoridade monetária.

A flexibilização de juros teve início em agosto, em uma decisão com placar dividido (5 a 4) pela redução de 0,5 ponto.

Nathalia Garcia/Folhapress



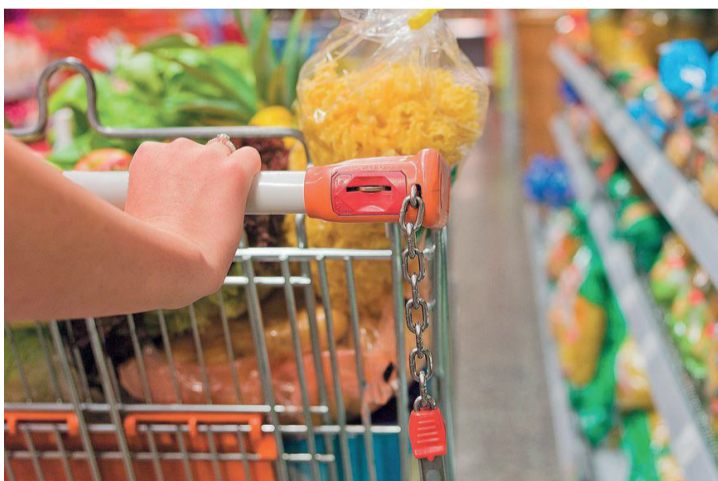
## Economia



**Produção industrial registra 0,1% em setembro, aponta IBGE**

Página - 03

**Para Abras, cesta básica isenta é mais eficiente como distribuição de renda do que cashback** Página - 03



**Danone traça planos de expansão no canal farma**

Página - 05



**Panvel registra crescimento de 17% em marca própria** Página - 05



## Política

**Governo Lula avalia preço político no Senado com indicação de Dino ao STF**

Página - 04

**Braga Netto, inelegível, diz que vai recorrer e 'provar lisura' de chapa com Bolsonaro**

Página - 04

## No Mundo

### Estrangeiros chegam ao Egito após primeira abertura da fronteira de Gaza desde o início da guerra



Até menos 110 portadores de passaporte estrangeiro partiram de Gaza nesta quarta-feira (1º), segundo autoridades do lado palestino da passagem de fronteira de Rafah.

Fontes disseram à CNN que se espera que até 500 estrangeiros cruzem a fronteira de Gaza em Rafah. Ainda não está claro se todos os portadores de passaportes estrangeiros cruzaram para o Egito.

Dezessete ambulâncias também deixaram o lado de Gaza da fronteira nesta quarta, de acordo com o Rafah Crossing Media, o braço oficial de comunicações da fronteira – embora não esteja claro quantos pacientes as

ambulâncias transportavam. Além disso, 20 caminhões transportando ajuda chegaram a Gaza, informou a autoridade, sem especificar que tipo de ajuda foi carregada nos veículos.

De acordo com a televisão egípcia Al-Qahera, o Hospital Al-Arish começou a receber palestinos feridos vindos da Faixa de Gaza.

Durante mais de três semanas, a passagem de Rafah permaneceu quase totalmente fechada, com alguns suprimentos de ajuda chegando, mas nenhum civil autorizado a sair.

Dois reféns israelenses foram autorizados na semana passada a sair para o Egi-

to, mas mais de 2 milhões de palestinos permaneceram presos dentro do enclave em meio a uma crise humanitária crescente.

Saída de estrangeiros de Gaza não envolve libertação de reféns, dizem fontes à CNN

O acordo para libertar estrangeiros de Gaza para o Egito não faz parte de qualquer acordo potencial para garantir a libertação de reféns detidos pelo Hamas, segundo diversas fontes ouvidas pela CNN.

Essas conversas continuam em curso e um responsável dos EUA disse que iria alertar contra quaisquer comparações entre as duas missões paralelas. CNN

### Saída de estrangeiros de Gaza não envolve libertação de reféns



O acordo para libertar estrangeiros de Gaza para o Egito não faz parte de qualquer acordo potencial para garantir a libertação de reféns detidos pelo Hamas, enfatizaram diversas fontes à CNN.

Essas conversas continuam em curso e um responsável dos EUA disse que iria alertar contra quaisquer comparações entre as duas missões paralelas.

Mas a realidade é que os intervenientes envolvidos em ambas as negociações são os mesmos: Israel, Egito, Catar, Hamas e os EUA.

Entretanto, como sublinhou este responsável norte-

### Jordânia tira embaixador de Israel até o fim da guerra

Em uma das críticas regionais mais importantes contra a retaliação de Israel aos ataques do Hamas, o governo da Jordânia determinou que seu embaixador em Tel Aviv volte para o país árabe até que cessem os ataques à Faixa de Gaza.

Segundo a chancelaria jordaniana, ele só voltará ao país quando acabar “a crise humanitária causada pela guerra”. O embaixador israelense em Amã, por sua vez, havia deixado a Jordânia há duas semanas e agora está proibido de voltar sob as mesmas condições.

A Jordânia, com quem Israel assinou acordo de paz em 1993, é um dos principais

aliados de Tel Aviv no mundo árabe, sempre servindo a mediações com nações mais hostis aos israelenses. Assim, é uma derrota política enorme para o governo de Binyamin Netanyahu, que enfrenta críticas mesmo de aliados como os EUA acerca da proporcionalidade de sua ação em Gaza.

No Oriente Médio, outra nação estratégica, a Turquia, está na linha de frente de críticas a Tel Aviv, mas não chegou a ensaiar tal movimento. Outros países menos importantes no contexto da guerra, como Colômbia e Chile, fizeram o mesmo que a Jordânia, e a Bolívia rompeu relações diplomáticas com Israel.

Igor Gielow/Folhapress



-americano, o acordo anunciado nesta quarta-feira (1º) não inclui qualquer componente que possa levar à libertação de reféns num momento posterior, por exemplo.

O primeiro grupo de feridos cruzou a fronteira para o Egito e deixou a Faixa de Gaza em ambulâncias na quarta-feira (1º), disseram a mídia local egípcia e uma fonte na fronteira à Reuters. Cerca de 500 pessoas devem deixar o território palestino.

Dez ambulâncias egípcias estão esperando para acomodar pacientes, disse à CNN um oficial da fronteira egípcia na passagem de Rafah. Anteriormente, ele havia dito que 80 ambulâncias estavam

na Faixa de Gaza. Segundo o oficial, 30 retornaram vazias ao Egito, por razões não reveladas.

O Catar mediu um acordo entre Egito, Israel e Hamas, em coordenação com os EUA, para permitir a saída de portadores de passaportes estrangeiros e de pessoas gravemente feridas para fora da Faixa de Gaza, informou uma fonte à Reuters na quarta-feira.

A embaixada do Brasil na Palestina informou que a autoridade local divulgou uma lista de estrangeiros que poderão sair do território, autorizados pelo Egito e por Israel, e não há brasileiros nesta primeira leva. CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Produção industrial registra 0,1% em setembro, aponta IBGE



A produção industrial brasileira variou 0,1% em setembro. O resultado foi registrado depois de uma variação de 0,2% em relação ao mês no mês anterior e queda de 0,3% em julho. A alta de 5,6% na atividade de indústrias extrativas foi a principal influência positiva no resultado do mês. Já em relação a setembro de 2022, houve um avanço de 0,6%. O acumulado no ano é um recuo de 0,2% e, nos últimos 12 meses, variação nula (0,0%). Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), foram divulgados nesta quarta-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o gerente da pesquisa, André Macedo, apesar de

ter sido o segundo mês seguido de crescimento, o resultado de setembro da produção industrial nacional, não altera o comportamento de menor dinamismo que a caracteriza nos últimos meses. O indicador mostrou predomínio de taxas negativas. “Para além disso, no índice desse mês, observa-se predomínio de taxas negativas, alcançando três das quatro grandes categorias econômicas e 20 dos 25 ramos industriais investigados.”

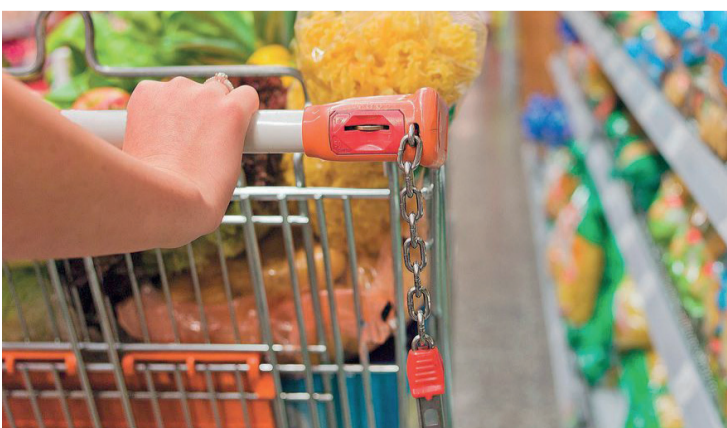
Macedo destacou que mesmo com os dois meses seguidos de resultados positivos, o setor industrial permanece 1,6% abaixo do patamar pré pandemia em fevereiro de 2020 e 18,1% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011. “Em linhas gerais, taxa de juros elevada, mes-

mo com o movimento de redução verificado nos últimos meses, nos ajuda a entender esse comportamento do setor industrial, com influência direta sobre as decisões de investimento, por parte das empresas, e de consumo, por parte das famílias. Para além disso, explica o crédito ainda caro e as elevadas taxas de inadimplência”, analisou.

Entre as atividades, a alta de 5,6% em setembro nas indústrias extrativas, veio depois da atividade acumular perda de 5,6% no período julho-agosto de 2023. Os produtos químicos (1,5%) e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (0,5%) também foram contribuições positivas relevantes sobre o resultado da indústria no mês.

Cristina Indio do Brasil/ABR

## Para Abras, cesta básica isenta é mais eficiente como distribuição de renda do que cashback



Uma cesta básica completamente isenta seria mais eficiente para a distribuição de renda do que a aplicação de um cashback, defendeu nesta quarta-feira o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Carlos Galassi. Ele ponderou que a associação não se opõe à proposta do relator da reforma tributária no Senado, o senador Eduardo Braga, de criação de um cashback atrelado à cesta estendida.

“A desoneração total da cesta básica seria muito mais benéfica para a população de baixa renda. O cashback não atenderá uma parte da população vulnerável, onerando

## Balança comercial registra superávit de US\$ 8,9 bilhões em outubro, diz ministério

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 8,959 bilhões em outubro de 2023. O saldo do ano está positivo em US\$ 80,212 bilhões. Os números de outubro são os maiores resultados para o mês da série histórica iniciada em 1989.

Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados nesta quarta-feira (1º).

Em outubro, as exportações somaram US\$ 29,484 bilhões, enquanto as importações, US\$ 20,525 bilhões. Comparado ao mesmo período do ano passado, as exportações tiveram queda de 0,7%. As importações também caíram em 20,9%

No acumulado do ano, as exportações totalizam US\$ 282,471 bilhões e as importações, US\$ 202,258 bilhões, com saldo positivo de corrente de comércio de US\$

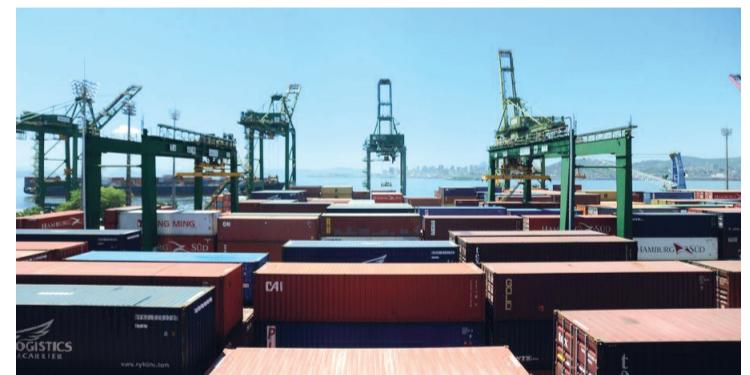
484,729 bilhões em 2023.

A corrente de comércio diário atingiu os US\$ 50,009 bilhões, queda de 10,1% em relação a outubro de 2022

No recorte por setor no acumulado de janeiro a outubro, comparando com igual período do ano anterior, a média diária foi o seguinte: crescimento de US\$ 22,45 milhões (7,2%) em Agropecuária; crescimento de US\$ 3,01 milhões (1%) em Indústria Extrativa e queda de US\$ 23,04 milhões (3,2%) em produtos da Indústria de Transformação.

Os principais produtos de agro exportados foram soja, com aumento de 10,1%, somando US\$ 21,35 milhões na média diária; milho não moído, exceto milho doce, aumento de 21,1%, resultando em US\$ 8,81 milhões na média diária; Animais vivos (apenas animais de corte) aumento de 163,7% negociando US\$ 1,64 milhões na média diária.

CNN



esse grupo com mais tributos por meio de produtos que eventualmente tenham aumento de preço com aumento da carga tributária”, emendou o executivo. “Todo aumento de carga tributária sempre é repassado ao consumidor, ele que arca pagando mais caro.”

Galassi citou o exemplo da carne bovina. A depender do IVA estabelecido, se estiver na cesta isenta, o item pode ter redução de impostos; por outro lado, na ampliada, pode ter um aumento de impostos em até 30% do valor pago atualmente, pontuou.

O presidente da Abras afirmou que a associação continuará trabalhando para apresentar dados para o governo

durante o período de tramitação das leis complementares relacionadas ao texto, a fim de garantir equilíbrio para os consumidores e uma não oneração além do nível atual.

Galassi participou de live junto com os economistas Roberto Giannetti da Fonseca, ex-secretário executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e ex-diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e Paulo Rabello de Castro, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

IstoéDinheiro

## Política

### Governo Lula avalia preço político no Senado com indicação de Dino ao STF



O governo Lula (PT) avalia o preço político da indicação de Flávio Dino para o STF (Supremo Tribunal Federal) após ser informado de que a aprovação não será tranquila como a de Cristiano Zanin, que assumiu a vaga anterior aberta na corte.

A oposição tenta deixar claro ao Palácio do Planalto que a postura de Dino à frente do Ministério da Justiça e em comissões do Congresso tem irritado os parlamentares, o que reforça a resistência a seu nome.

Nas palavras de um opositorista que votou a favor de Zanin em junho, a operação pró-Dino pode ter alto

custo político para Lula e resultado duvidoso.

Uma das preocupações da oposição é a de que, no Supremo, Dino reproduza o comportamento de “xerifão” que tem imprimido no Ministério da Justiça.

Parlamentares da oposição também batem na tecla de que Dino pode repetir o modus operandi do ministro do STF Alexandre de Moraes e ampliar o que eles veem como perseguição ao bolsonarismo.

Até mesmo senadores considerados menos radicais afirmam que não pretendem receber Dino para conversar. Eles lembram que, antes de ser aprovado, Zanin só não procurou um único senador:

o ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro (União Brasil-PR).

Zanin foi aprovado em junho, por 58 votos a 18, para a vaga aberta no Supremo com a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski.

A oposição também faz questão de marcar a diferença entre o perfil de Dino e Zanin, afirmando que o último nunca se aventurou na política.

Na semana passada, a votação do indicado de Lula para a DPU (Defensoria Pública da União) acendeu o alerta no governo. Na ocasião, o Senado rejeitou o nome designado pelo petista para chefiar o órgão.

Catia Seabra/Folhapress

### Lula deve anunciar Garantia da Lei e da Ordem em portos e aeroportos de SP e RJ, dizem fontes

O anúncio deve ser feito ao lado de ministros envolvidos no plano nacional de segurança, lançado no início de outubro, em meio à crise de segurança pública envolvendo o crime organizado no Rio de Janeiro.

Na semana passada, Lula havia negado a possibilidade de intervenção federal no RJ, mas já tinha dito que pretendia reforçar a segurança em portos e aeroportos com Aeronáutica e Marinha para combater o crime organizado no estado.

“Nós não queremos fazer uma intervenção no Rio de Janeiro, como já foi feito e não resultou em nada. Nós não queremos tirar a autoridade do governador e do prefeito. O que nós queremos é compartilhar e trabalhar junto com

eles uma saída”, disse o presidente em sua live semanal.

Na segunda-feira (23), ao menos 35 ônibus e uma composição de um trem urbano foram incendiados por grupos criminosos em retaliação à morte de um miliciano na zona oeste da capital fluminense. Desde então, o governo federal vem reforçando a segurança no estado, sem cogitar uma intervenção federal propriamente dita.

O efetivo da Força Nacional no Rio aumentou, analistas da Polícia Federal (PF) foram transferidos para o estado como reforço ao setor de inteligência e o governador do estado, Cláudio Castro (PL), apresentou propostas ao Congresso Nacional para endurecer as penas relacionadas ao crime organizado.

CNN



### Braga Netto, inelegível, diz que vai recorrer e ‘provar lisura’ de chapa com Bolsonaro



O ex-ministro Walter Braga Netto, candidato a vice na chapa derrotada de Jair Bolsonaro (PL), afirmou na quarta-feira (1º) que discorda da decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que o declarou inelegível por oito anos e indicou que vai recorrer.

“No dia de ontem, uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral nos julgou inelegíveis por 8 anos, com aplicação de multas. Eu discordo da decisão e iremos utilizar, como sempre fizemos, de todos os meios judiciais e democráticos para provar e comprovar a lisura de nossas ações”, escreveu o general da reserva numa rede social.

Braga Netto lembrou que ocupa o cargo de secretário

nacional de relações do PL e disse que tem trabalhado diuturnamente “no projeto de ampliar o número de prefeitos e vereadores em 2024 e a disseminação dos valores que devem nortear as pessoas que acreditam na defesa de nossas liberdades, do direito à vida desde a sua concepção, da defesa da propriedade e dos valores conservadores”.

Na terça (31), o TSE impôs nova condenação de inelegibilidade contra Bolsonaro. Não há efeito prático sobre o prazo da inabilitação do ex-presidente, uma vez que a contagem do período começa a partir da conclusão do pleito analisado --no caso, 2022-- e o ex-mandatário já tinha sofrido outra condenação anteriormente, em junho.

No julgamento concluído

nesta terça, dos 7 ministros, 5 consideraram que Bolsonaro cometeu abuso de poder e promoveu campanha usando dinheiro público nas comemorações do Dia da Independência: Benedito Gonçalves, Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes.

Também foram cinco votos contra Braga Netto --inicialmente, o relator Benedito Gonçalves havia sido a favor de livrar o então vice da inabilitação para disputar eleições, mas ele mudou seu voto no final da noite da terça.

Já os ministros Kassio Nunes Marques e Raul Araújo votaram pela rejeição das ações tanto contra Bolsonaro como contra o então candidato a vice. Ricardo Della Coletta/Folhapress

## Danone traça planos de expansão no canal farma



Completando mais de 50 anos no país, a Danone compartilha os segredos para seguir inovando e crescendo no mercado

Activia, YoPRO, Danoninho, Nutridrink, Aptanutri, Neocate... Essas são algumas das marcas icônicas controladas pela. Há mais de cinco décadas no País, a empresa construiu um portfólio sólido.

Em entrevista exclusiva ao Guia da Farmácia, a diretora de trade marketing da Danone, Juliana Moreti, mostrou um pouco sobre os novos investimentos da empresa, que deve continuar inovando em fórmulas e seguir aprimorando com alergias, que se torna um segmento cada vez mais importante para a empresa. Além disso, há o

crescimento da empresa nos canais digitais.

“Há quatro anos, nos dedicamos a acelerar o e-commerce, já que a categoria de nutrição especializada tem muita sinergia com o canal digital pela recorrência de compras. Em farma, temos a meta de nos aproximar cada vez mais do farmacêutico, oferecendo um material adequado e preparando-o para que tenha Danone como uma referência. Oferecemos para esses profissionais o Clube do Saber ([www.clubedosaberdanone.com.br](http://www.clubedosaberdanone.com.br)), canal em que qualquer farmacêutico pode ter acesso e ver tudo de Danone, passando por lançamentos de produtos, treinamentos específicos, estudos... Somado a isso, temos uma relação próxima com as

redes filiadas à Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma); e uma preocupação contínua em repassar nossos conhecimentos em gerenciamento por categorias, para que o shopper alcance uma cesta cada vez mais inteligente”, conta Juliana.

Basicamente, a entrada da Danone no canal farma se dá por fórmulas que, geralmente, são prescritas pelo médico. “Mas temos a meta de expandir esse olhar e tratar a mesma mulher e mãe que busca esses produtos como um único shopper feminino, oferecendo suplementação adulta, produtos de consumo imediato, como YoPRO, bebida láctea UHT de alto teor proteico.

Guia da Farmácia

## Panvel registra crescimento de 17% em marca própria

No segundo trimestre de 2023, o Grupo Panvel experimentou um aumento de 17,7% nas vendas de sua marca própria em comparação com o mesmo período no ano anterior. Sua participação no mercado de varejo atingiu 6,9% do total das vendas, com notável destaque para os produtos de higiene e beleza, que registraram uma participação de 17,7% nas vendas e um aumento de 28,7%. Isso fortalece a estratégia da empresa, que pretende encerrar o ano de 2023 com 350 lançamentos, abrangendo produtos de hidratação, perfumaria corporal, higiene bucal infantil e maquiagem.

Em relação aos novos produtos, a linha Panvel Instantes é a grande aposta para cuidados corporais, com novas fragrâncias, incluindo amêndoa, leite de cabra e oliva verbena. Outra novidade é a Panvel Secrets, que retornou às prateleiras em outubro com uma versão atuali-

zada e um novo nome: Panvel Morango com Champagne, oferecendo spray corporal, sabonete esfoliante corporal e loção hidratante corporal. Para as crianças, a marca introduziu enxaguante bucal e escovas de dentes licenciadas do Show da Luna.

A empresa enfatiza que a ênfase agora está no autocuidado, abrangendo produtos para o corpo, cuidados com a pele e maquiagem. A marca Panvel Make Up registrou um crescimento de 26,7% nas vendas em comparação com o mesmo período do ano anterior. De acordo com Julio Mottin Neto, CEO do Grupo Panvel, “Registramos um crescimento de 20% nas vendas de maquiagem, uma categoria impulsionada por tendências e inovações. Este ano, planejamos lançar pelo menos 35 novos produtos, incluindo primer iluminador, novas paletas de sombras com diferentes cores e edições limitadas”.

Giro News



## Farmacêutica Multilab anuncia investimento de R\$40 mi em fábrica no RS



A farmacêutica brasileira Multilab anunciou nesta quinta-feira um investimento de 40 milhões de reais, já em curso, em sua fábrica em São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, que possibilitará à companhia ampliar em mais de cinco vezes sua capacidade produtiva em relação ao início deste ano.

A Multilab, do Grupo NC, vem aportando neste ano 12 milhões de reais para expandir a área de antibióticos da fábrica, e direcionará em 2024 outros 28 milhões para o negócio de demais medicamentos, incluindo líquidos, sólidos e semissólidos, afirmou Gustavo Veber, diretor-geral da empresa, em comunicado.

Com os investimentos, a companhia, que tem 54 marcas em seu portfólio, já registrou um aumento nas caixas de medicamentos produzidas neste ano: de 1,5 milhão de unidades por mês em janeiro para 4 milhões de unidades em agosto. E, de acordo com Veber, o número chegará a 10 milhões de unidades após as obras.

O Grupo NC — também dono de empresas como a farmacêutica EMS — anunciou acordo para compra da Multilab junto à Takeda em 2018, sem divulgar o valor da transação.

A Multilab espera vendas de 350 milhões de reais neste ano, aumento de 25% sobre 2022. A fábrica em São Jerônimo, a única da companhia,

emprega 340 funcionários, e a empresa afirmou que pretende contratar no próximo ano mais 50 trabalhadores, inclusive para reforço do time de vendas, conforme comunicado.

O investimento na fábrica vem em um momento que a Multilab, que detém marcas como o anti-inflamatório Buprovil e o antibiótico Oclyn, busca ampliar a participação de medicamentos isentos de prescrição dentro de seu negócio. Atualmente, o segmento representa 28% do portfólio.

“A nossa estratégia de crescimento estará cada vez mais centrada em produtos isentos de prescrição. Este segmento deverá representar 40% do nosso portfólio”, disse Veber.

Reuters/Biznews

## Publicidade Legal



### IZP Itacema Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 36.741.397/0001-10 – NIRE 35.300.604.946

#### Ata de Assembleia Geral Extraordinária

**Data, Local e Hora:** 19/10/2023, às 10h00, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **João Felipe Toazza de Oliveira**; e Secretário: **Ricardo de Santos Freitas**. **Deliberações:** a) Aprovar a redução do capital social em R\$ 22.000.000,00, com o cancelamento de 1.338.333.340 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, que é alterado de R\$ 120.000.000,00, dividido em 7.300.000.004 ações ordinárias, nominativas, todas nominativas e sem valor nominal distribuídas da seguinte forma: HP Design Offices Empreendimentos e Participações S.A., 4.173.166.664 Ações, 70%; IZP HLD MFA Itacema Empreendimentos e Participações Ltda., 1.788.500.000 Ações, 30%. **Total:** 5.961.666.664, 100%. Em decorrência da redução ora deliberada, o Artigo 5º de seu Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 97.999.999,90, dividido em 5.961.666.669 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." c) Aprovar a consolidação do Estatuto Social; e d) Autorizar a Diretoria a realizar todos os atos necessários ao cumprimento do que ora ficou resolvido. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 19/10/2023. **Mesa:** **João Felipe Toazza de Oliveira** – Presidente; **Ricardo de Santos Freitas** – Secretário. **Anexo I. Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração da Companhia. Artigo 1º.** A companhia girará sob a denominação IZP Itacema Empreendimentos Imobiliários S.A., estruturada sob a forma de sociedade por ações ("Companhia"), regendo-se pelas disposições contidas nesse Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 11º andar, conjunto 112 (parte), Itaim Bibi, podendo obter filiais e escritórios em qualquer ponto do território nacional, ou no exterior, observadas as prescrições legais e pertinentes, mediante deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a aquisição e o desenvolvimento de uma incorporação imobiliária, nos termos da Lei nº 4.591, de 16/12/1964, além de gestão, locação e exploração de imóveis residenciais e comerciais, situados nessa Capital do Estado de São Paulo, a ser desenvolvida no imóvel localizado na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nºs 125/127, 123, 115, 113, 105, 103, 97, 95, 87, 85 e 77, registrado sob matrícula nº 202.762 do 4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo-SP ("Empreendimento"). **Artigo 4º.** A Companhia durará pelo tempo necessário à consecução de seu objeto social e liquidação dos direitos e obrigações dele decorrentes. **Capítulo II – Do Capital e das Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 97.999.999,90, dividido em 5.961.666.664 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º.** Cada ação ordinária concederá ao seu titular direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 7º.** A Assembleia Geral é o órgão soberano da Companhia, tendo todos os poderes para decidir sobre os negócios relativos ao objeto social e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, e deverá se reunir na sede social ou, excepcionalmente, em outro local, onde todos os acionistas acordarem: (i) ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social para: (a) deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício social encerrado, relatório dos administradores e parecer do Conselho Fiscal, se o órgão estiver em funcionamento; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (c) eleger os administradores e fixar a sua remuneração global, se aplicável, e; (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, convocada com observância dos preceitos legais e deste Estatuto Social. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer membro da Diretoria ou por qualquer dos acionistas, por carta registrada ou e-mail, ambos com aviso de recebimento, endereçado aos acionistas, com 8 dias de antecedência para a primeira convocação e com 5 dias para a segunda convocação. O aviso de convocação incluirá (i) data, horário e local da Assembleia Geral; (ii) ordem do dia (que não poderá incluir itens genéricos como "questões de interesse geral da Companhia" ou "outros"); e (iii) cópias de todos os documentos e propostas relacionados às matérias da ordem do dia. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, inclusive por meio de conferência telefônica, desde que uma confirmação por escrito do voto seja enviada à sede da Companhia, na mesma data da realização da Assembleia, por meio de correspondência

com aviso de recebimento ou correio eletrônico. **Artigo 9º.** A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 90% do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número. **Artigo 10º.** A Assembleia Geral será presidida por qualquer membro da Diretoria ou por acionista presente, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Presidente da Assembleia Geral. **Artigo 11º.** Qualquer acionista poderá ser representado por procurador nas Assembleias Gerais, desde que (i) o procurador tenha sido constituído há menos de 12 meses da realização da Assembleia Geral; (ii) o procurador seja acionista, advogado ou administrador da Companhia; e (iii) no respectivo instrumento de mandato conste os poderes específicos para tal ato, sendo depositado na sede da Companhia até 24 horas antes da data de realização da Assembleia Geral. **Artigo 12º.** As deliberações sociais serão tomadas por votos de acionistas que representem, no mínimo, 90% do capital social da Companhia, ressalvadas as hipóteses em que (a) a lei vigente prever quórum superior obrigatório ou (b) o presente Contrato Social dispôr de forma diversa. **Artigo 13º.** As matérias mencionadas, abaixo, deverão ser aprovadas em Assembleia Geral observada o quórum previsto no caput acima e a finalidade de desenvolvimento e implementação do Empreendimento pela Companhia: (i) alteração do objeto social da Companhia; (ii) aumento (em consonância com o Estudo de Viabilidade vigente do Empreendimento) ou redução do capital social da Companhia; (iii) eleição e destituição de diretores da Companhia; (iv) qualquer reestruturação societária que envolva a Companhia, incluindo sua transformação, fusão, cisão e incorporação; (v) liquidação e dissolução da Companhia; (vi) aquisição, alienação ou oneração de ativos da Companhia, independentemente do valor envolvido; (vii) concessão, em favor de terceiros, de qualquer garantia pela Companhia, independentemente do valor envolvido; (viii) contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia (exceto se para o financiamento do Empreendimento), independentemente do valor envolvido; (ix) repactuação de dívidas contraídas pela Companhia; (x) adesão a programas de parcelamento de tributos em atraso devidos pela Companhia; (xi) contratação, de qualquer espécie ou natureza, entre (a) a Companhia e Partes Relacionadas da Companhia; ou (b) a Companhia e Partes Relacionadas dos acionistas e/ou dos administradores da Companhia; (xii) definição e contratação da construtora do Empreendimento; (xiii) aprovação do memorial descritivo definitivo das obras do Empreendimento; (xiv) aprovação de alteração do projeto do Empreendimento que modifique ou possa modificar suas características essenciais; (xv) aprovação de atualização/alteração do Estudo de Viabilidade do Empreendimento; e (xvi) utilização de recursos da Companhia para outra finalidade que não o desenvolvimento e a implementação do Empreendimento. **Artigo 14º.** Para efeitos do presente Estatuto Social, (a) "Parte Relacionada" significa, com relação a uma Pessoa, qualquer uma de suas Afiliadas, bem como (i) em caso de pessoa física, o cônjuge e/ou parente até 3º grau (e respectivos cônjuges) de tal Pessoa; e/ou (ii) em caso de pessoa jurídica, ou outra organização, com ou sem personalidade jurídica, (iii.a) seus quotistas, administradores, representantes autorizados, inclusive os diretores não estatutários, e seus respectivos cônjuges e/ou parentes até 3º grau (e respectivos cônjuges); (iii.b) os quotistas, administradores, representantes autorizados, inclusive os diretores não estatutários, e seus respectivos cônjuges e/ou parentes até 3º grau (e respectivos cônjuges) de qualquer Afiliada da Pessoa em questão, e/ou (iii.c) qualquer pessoa jurídica em que qualquer das Pessoas acima mencionadas detenha, seja individual ou conjuntamente, direta ou indiretamente, o controle ou dela participe, incluindo qualquer controlada e/ou Afiliada; (b) "Pessoa" significa qualquer pessoa física, pessoa jurídica, empresário, sociedade simples ou empresária (incluindo qualquer sociedade por ações, sociedade limitada ou outras sociedades), empresa individual de responsabilidade limitada, grupo de sociedades, sociedade unipessoal, associação, fundação, trust, fundo de investimento, partnership, joint venture, consórcio, entidade fiduciária, condomínio, sociedade em conta de participação, bem como qualquer outra entidade ou organização, com ou sem personalidade jurídica, ou, ainda, qualquer Autoridade Governamental; e (c) "Afiliada" significa, em relação a uma Pessoa, qualquer pessoa, jurídica ou natural, que seja sua controladora, controlada, fundos ou entidades constituídas e administradas por uma Pessoa ou por sociedade sob controle comum com uma Pessoa. **Artigo 15º.** Antes da abertura da assembleia, os acionistas deverão assinar o Livro de Presença, indicando nome, nacionalidade, residência e a quantidade, espécie e classe das ações de que são titulares. **Artigo 16º.** Encerrados os trabalhos, será lavrada, em livro próprio, a devida ata, assinada pelos membros da mesa e acionistas presentes. **Capítulo IV – Da Administração da Companhia e da Diretoria. Artigo 17º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) designados Diretores da Classe A e, os outros 2 membros, Diretores da Classe B, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado válido por 3 anos, permitida a reeleição. **Artigo 18º.** A Diretoria será investida em suas funções mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Diretoria, no prazo de até 30 dias contados da data da eleição, dispensada

qualquer caução para garantia de sua gestão. **Artigo 19º.** Em caso de destituição, renúncia ou qualquer outro evento que resulte na vacância de cargo de diretores, deverá ser convocada Assembleia Geral da Companhia para indicação do respectivo substituto, que completará o mandato do diretor substituído. **Artigo 20º.** Mesmo após o término do prazo do mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a eleição e posse dos novos membros. **Artigo 21º.** Os membros da Diretoria poderão ter direito a remuneração, a qual será aprovada e fixada em Assembleia Geral. **Artigo 22º.** Observados os limites previstos neste Estatuto Social, a Diretoria terá os mais amplos poderes para coordenar as atividades da Companhia, estabelecendo as linhas de atuação, as metas a serem atingidas, podendo deliberar sobre todo e qualquer assunto relativo aos negócios da Companhia que não seja da competência exclusiva da Assembleia Geral. **Artigo 23º.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, será realizada: (i) em conjunto por 1 Diretor da Classe A e pelos 2 Diretores da Classe B; ou (ii) por 1 Procurador nomeado nos termos do § 1º abaixo. **Artigo 24º.** A Companhia poderá ser representada por procurador para quaisquer fins, desde que nomeado de acordo com a regra do item "ii" do caput do Artigo 11 acima, devendo constar do instrumento de mandato os poderes e o seu prazo de vigência, que nunca será superior a 12 meses, exceto os que tiverem finalidade judicial. **Artigo 25º.** Os atos elencados no § 1º do Artigo 8º deste Estatuto Social somente serão praticados, pelos diretores ou procurador, mediante a aprovação prévia das acionistas (observado o quórum previsto no referido Artigo) em Assembleia Geral. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo 26º.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, que será composto de 3 membros efetivos e igual número de suplentes, cada qual vinculado a um Conselho efetivo específico, eleitos em Assembleia Geral, nos termos da lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas que representem, no mínimo, 10% das ações com direito a voto ou 5% das ações sem direito a voto. **Artigo 27º.** Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, atribuições e prazo de mandato previstos em lei, devendo a Assembleia Geral que os eleger fixar-lhes a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. **Artigo 28º.** O prazo de mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 1 ano, podendo haver reeleição, encerrando-se na Assembleia Geral Ordinária subsequente à qual tiver havido a respectiva eleição. **Artigo 29º.** Quando instalado, o Conselho Fiscal deverá se reunir ordinariamente, 4 vezes ao ano, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que o interesse social assim exigir, mediante convocação por escrito de quaisquer de seus membros, por carta ou e-mail, ambos com comprovação de recebimento, com antecedência mínima de 5 dias e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. **Artigo 30º.** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião em que comparecerem todos os Conselheiros Fiscais. As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros eleitos. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro. Artigo 31º.** O exercício social da Companhia terá duração de 01 ano, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser elaboradas, observado o padrão contábil brasileiro. **Artigo 32º.** Dos resultados apurados serão, inicialmente, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro, sendo que o lucro remanescente terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme previsto no Artigo 193 da Lei 6.404/76; (ii) 25% do lucro líquido anual ajustado será destinado ao pagamento de um dividendo obrigatório, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) o saldo que se verificar, depois das deduções acima, será distribuído aos acionistas na forma de dividendos, conforme deliberação em Assembleia Geral. **Artigo 33º.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Artigo 34º.** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados a título de dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Da Liquidação da Companhia. Artigo 35º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 36º.** Cabe à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação. **Artigo 37º.** Liquidado o passivo, na forma determinada em lei, o ativo remanescente poderá ser rateado entre os acionistas, mediante deliberação em Assembleia Geral. **Capítulo VIII – Foro. Artigo 38º.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos.

### Editora Schwarcz S.A.

CNPJ/MF nº 55.789.390/0001-12 – NIRE 35.300.418.654

#### Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2023

**1. Data, Hora e Local:** no dia 29 de setembro de 2023, às 10 horas, no escritório da Editora Schwarcz S.A. ("Companhia"), na Rua Bandeira Paulista, 702, conjuntos 11/31/32/41/42, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** dispensada a convocação nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em face da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Sr. Luiz Schwarcz – Presidente; e Sra. Lilia Katri Moritz Schwarcz – Secretária. **4. Ordem do Dia:** tendo em vista deliberação do Conselho de Administração da Companhia na presente data, deliberar sobre a distribuição e o pagamento de dividendos no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) com base em valores registrados na conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores da Companhia, conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 3 de julho de 2023 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 25 de julho de 2023 sob o nº 301.494/23-0 (o "Balanço Patrimonial 2022" e a "AGOE 2023", respectivamente). **5. Deliberações:** após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas, ressalvas ou restrições, registraram que a presente ata será lavrada em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, e deliberaram: **5.1.** Aprovar a distribuição e o pagamento aos acionistas de dividendos no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) com base em valores registrados na conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores da Companhia, conforme apurados no Balanço Patrimonial 2022 aprovado na AGOE 2023. **5.1.1.** Tal distribuição aos acionistas deverá ser feita conforme as suas respectivas participações societárias e paga da seguinte forma: (i) R\$ 2.033.600,00 (dois milhões, trinta e três mil e seiscentos reais) serão pagos ao acionista Luiz Schwarcz até 31.12.2023, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e mediante a indicação de conta bancária pelo acionista; (ii) R\$ 366.400,00 (trezentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais) serão pagos à acionista Lilia Katri Moritz Schwarcz até 31.12.2023, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e mediante a indicação de conta bancária pelo acionista; e (iii) R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) serão pagos à acionista Penguin Random House Limited até 31.12.2023, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e mediante a indicação de conta bancária pelo acionista. **5.2.** Por meio deste instrumento, os acionistas autorizam a administração da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização e efetivação das deliberações desta Assembleia. **6. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia. A Companhia declara reconhecer a formalização da presente ata por meio eletrônico ou digital com validade e plenamente eficaz. **7. Mesa:** Sr. Luiz Schwarcz – Presidente; e Sra. Lilia Katri Moritz Schwarcz – Secretária. **Acionistas presentes:** Luiz Schwarcz, Lilia Katri Moritz Schwarcz e Penguin Random House Limited (p.p. Thomas Bauer e Julio Cesar Vieira dos Santos). São Paulo, 29 de setembro de 2023. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Ass.: Mesa: Luiz Schwarcz – Presidente; Lilia Katri Moritz Schwarcz – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 399.462/23-5 em 10/10/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

### Editora Schwarcz S.A.

CNPJ/MF nº 55.789.390/0001-12 – NIRE 35.300.418.654

#### Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de setembro de 2023

**1. Data, Hora e Local:** no dia 29 de setembro de 2023, às 9 horas, no escritório da Editora Schwarcz S.A. ("Companhia"), na Rua Bandeira Paulista, 702, conjuntos 11/31/32/41/42, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** dispensada a convocação em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia em exercício, na forma facultada pelo artigo 11, § 3º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Sr. Luiz Schwarcz – Presidente; Sr. Lilia Katri Moritz Schwarcz – Secretária. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre a distribuição e o pagamento de dividendos no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) com base em valores registrados na conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores da Companhia, conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 3 de julho de 2023 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 25 de julho de 2023 sob o nº 301.494/23-0 (o "Balanço Patrimonial 2022" e a "AGOE 2023", respectivamente). **5. Deliberações:** os membros do conselho de administração, por unanimidade de votos e sem reservas, ressalvas ou restrições, deliberaram: **5.1.** Aprovar (e submeter à aprovação pelos acionistas da Companhia) a distribuição e o pagamento aos acionistas de dividendos no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) com base em valores registrados na conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores da Companhia, conforme apurados no Balanço Patrimonial 2022 aprovado na AGOE 2023. **5.1.1.** Tal distribuição, após a aprovação pelos acionistas da Companhia, deverá ser feita aos acionistas conforme as suas respectivas participações societárias na Companhia e paga da seguinte forma: (i) R\$ 2.033.600,00 (dois milhões, trinta e três mil e seiscentos reais) serão pagos ao acionista Luiz Schwarcz até 31.12.2023, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e mediante a indicação de conta bancária pelo acionista; (ii) R\$ 366.400,00 (trezentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais) serão pagos à acionista Lilia Katri Moritz Schwarcz até 31.12.2023, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e mediante a indicação de conta bancária pelo acionista; e (iii) R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) serão pagos à acionista Penguin Random House Limited até 31.12.2023, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e mediante a indicação de conta bancária pelo acionista. **6. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos Conselheiros presentes. A Companhia declara reconhecer a formalização da presente ata por meio eletrônico ou digital com validade e plenamente eficaz. **7. Mesa:** Sr. Luiz Schwarcz – Presidente; Sra. Lilia Katri Moritz Schwarcz – Secretária. **Conselheiros presentes:** Nihar Malaviya (p.p. Thomas Bauer), Luiz Schwarcz, Lilia Katri Moritz Schwarcz, Anke Steinicke (p.p. Thomas Bauer) e Thomas Bauer. São Paulo, 29 de setembro de 2023. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Ass.: Mesa: Luiz Schwarcz – Presidente; Lilia Katri Moritz Schwarcz – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 399.461/23-1 em 10/10/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

**Dólar cai 1,36% com Fed, fica abaixo de R\$ 5 e fecha no menor nível desde 25 de setembro**

O dólar à vista encerrou a primeira sessão de novembro em queda firme e voltou a fechar abaixo da linha de R\$ 5,00 após três pregões. Operadores atribuíram a recuperação do real, sobretudo, ao ambiente externo mais benigno para moedas emergentes latino-americanas, com recuo das taxas dos Treasuries e avanço das cotações do minério de ferro. Houve também uma correção natural e realização de lucros após a onda de valorização do dólar no mercado doméstico desde o último dia 27, desencadeada pelos ruídos em torno da meta fiscal. Afora uma alta pontual e muito limitada na abertura, quando registrou máxima a R\$ 5,0454, o dólar operou com sinal negativo ao longo do dia. A moeda acentuou o ritmo de baixa à tarde, com o tom brando tanto comunicado da decisão de política monetária do Federal Reserve quanto das declarações do presidente da instituição, Jerome Powell.

IstoÉDinheiro

## Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4472	Peso (México) - 0,2796
Dólar (EUA) - 5,0194	Peso (Uruguai) - 0,1256
Franco (Suíça) - 5,514	Yuan (China) - 0,6859
Iene (Japão) - 0,03325	Rublo (Rússia) - 0,05449
Libra (Inglaterra) - 6,087	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,2909
Peso (Argentina) - 0,01434	
Peso (Chile) - 0,005607	

**Data Mercantil**  
A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:  
[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

Para a versão online do jornal  
acesse nosso site:  
[www.datamercantil.com](http://www.datamercantil.com)

**CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.**

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

**Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 10 de outubro de 2023**  
**Data, Hora e Local:** 10/10/2023, às 14h, por meio eletrônico e presencial, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Presidente e Edivar Vilela de Queiroz Filho, Secretário. **Ordem do Dia:** Apresentar atualizações gerais sobre a Companhia e analisar, discutir e aprovar a reeleição de Daniel Correa de Miranda e Marianne Kellner Haak. **Deliberações aprovadas por unanimidade de votos:** (i) reeleição de Daniel Correa de Miranda, RG nº 46.077.237-5 SSP/SP, CPF/MF nº 370.009.038-21, como Diretor Executivo responsável pelas áreas financeiro, administrativo e comercial da Companhia, com mandato de 02 anos; (ii) reeleição de Marianne Kellner Haak, RG nº 18.870.267-2, SSP/SP, CPF/MF nº 153.569.278-27, como Diretora Executiva responsável pela área de Recursos Humanos, com mandato de 02 anos. Os Diretores ora reeleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 10/10/2023. Ass.: Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio – Presidente; Edivar Vilela de Queiroz Filho – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 422.240/23-0 em 30/10/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

**Athena Healthcare Holding S.A.**

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10 de novembro de 2023**

A Diretoria da Athena Healthcare Holding S.A. ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 10 de novembro, às 14h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Google Meet, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a eleição de novos membros para compor a Diretoria da Companhia; (ii) a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; (iii) a proposta de aumento de capital social da Companhia, no montante de, no mínimo, R\$ 52.629.000,00 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil reais), mediante a emissão de, no mínimo, 52.629.000 (cinquenta e duas milhões, seiscentos e vinte e nove mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Subscrição Mínima") e, no máximo, R\$ 52.633.902,00 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e trinta e três mil, novecentos e dois reais), mediante a emissão de 52.633.902 (cinquenta e duas milhões, seiscentos e trinta e três mil, novecentos e dois reais) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º da Lei das S.A. ("Aumento do Capital"); (iv) a divulgação de aviso aos acionistas para estabelecer o procedimento de exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 171, § 4º da Lei das S.A.; e (v) a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, após o decurso do prazo do exercício do direito de preferência, para homologação do Aumento do Capital e alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia; e (vi) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta Assembleia. Para participação na Assembleia, o acionista deverá solicitar o cadastro para o Jurídico da Companhia, o qual deverá ser feito impreterivelmente até às 15:00 horas do dia 7 de novembro de 2023, por meio do endereço eletrônico [ri@athenasaude.com.br](mailto:ri@athenasaude.com.br) ("Cadastro"). A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do acionista para envio das informações para participação, acompanhadas dos documentos comprobatórios para permitir a participação do acionista na Assembleia, nos termos abaixo. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma digital Google Meet para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relacionamento com Investidores, por meio do e-mail [ri@athenasaude.com.br](mailto:ri@athenasaude.com.br), com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – [ri@athenasaude.com.br](mailto:ri@athenasaude.com.br), com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. A Companhia reforça ainda que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 01 de novembro de 2023. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente. (01, 02 e 04/11/2023)

**HB Saúde S.A.**

CNPJ nº 02.668.512/0001-56 (Companhia)

**Edital de Convocação – AGE Em 13/11/2023**

Ficam convocados os acionistas da Cia. para participar da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a ser realizada em formato presencial na sede da Cia. em São José do Rio Preto/SP, Av. José Munia, 6.250, Jd. Francisco Fernandes, CEP 15.090-275, em 1ª convocação, no dia 13/11/2023, às 10h. **Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a operação de incorporação da Cia. pela Hapvida Assistência Médica S.A. (CNPJ 63.554.067/0001-98), mediante exame e discussão do protocolo e justificativa da operação, bem como a aprovação do respectivo laudo de avaliação a valor contábil; e (ii) Autorização para que os diretores realizem todos os atos necessários à promoção da deliberação aprovada e outros conexos. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24hs para o e-mail: [societario@hapvida.com.br](mailto:societario@hapvida.com.br). **Documentos disponibilizados:** a documentação relacionada às matérias da ordem do dia está disponível aos acionistas na sede da companhia. São José do Rio Preto/SP, 31/10/2023. **Diretor presidente - Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima.** (01, 02 e 04/11/2023)

**Tergos Pesquisa e Ensino S.A.**

CNPJ nº 21.455.477/0001-31

**Edital de Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única**

Ficam convocados os Srs. Debenturistas a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a realizar-se no dia 17 de novembro de 2023, às 10 horas, na Sede da Tergos S.A., Avenida Professor Lineu Prestes, 2.242, 2º andar, CIETEC, sala 235, Butantã, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05508-000, bem como por videoconferência, cujo link será oportunamente encaminhado mediante Cartas de Convocação, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: Apreciação da proposta de prorrogação do prazo de vencimento das debêntures. Os documentos encontram-se na sede para consulta. São Paulo, 31 de outubro de 2023. A Diretoria. (31/10, 01 e 02/11/2023)

Confira no nosso site as principais notícias do dia:  
[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

**Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.**

CNPJ/MF nº 19.916.590/0001-25 – NIRE 35.300.508.491

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2023**

**Data, Hora e Local:** 23/10/2023, às 9h, na sede social da Companhia, na Rua Catequese, nº 227, 8º andar, Sala 84, Santo André-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Fabio Martinelli Godinho, Presidente; Sra. Jéssica Soliguetti Vicente, Secretária. **Ordem do Dia e Deliberações aprovadas por unanimidade:** 1. Aprovação do aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 58.250 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela única acionista da Companhia, mediante aporte de R\$ 58.250.000,00. O capital social, que antes possuía o valor de R\$ 354.484.289,59, dividido em 86.200 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 76.200 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B, passou a ser de R\$ 412.734.289,59, dividido em 144.450 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 134.450 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B. Dessa forma, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: "Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 412.734.289,59, dividido em 144.450 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 134.450 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B." 2. aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. 3. registrar que a ata que se refere a presente Assembleia Geral será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Santo André/SP, 23/10/2023. Ass.: **Jéssica Soliguetti Vicente** – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 420.907/23-3 em 27/10/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

**H2 Assets Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 47.312.028/0001-28 – NIRE 35.300.597.443

**Aviso aos Acionistas**

A Cia., comunica aos seus acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da (i) Em AGE, em primeira convocação, de forma exclusivamente digital, no dia 23/10/2023, às 09h00 ("AGE Aumento – Créditos"), (ii) Em AGE, em primeira convocação, de forma exclusivamente digital, no dia 23/10/2023, às 10h00 ("AGE Aumento – Aporte") e, em conjunto com a AGE Aumento – Créditos, as "Assembleias", encontram-se à disposição no escritório administrativo da Cia., na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini nº 1.748, Ed. E. Office Design, conj. 2205, sala 06, Cidade Monções, São Paulo-SP, na forma da legislação aplicável. Tendo em vista a aprovação dos aumentos do capital social da Cia., nos termos e condições previstos nas Assembleias, a administração da Cia. informa para os acionistas que não estavam presentes nas Assembleias, tendo em vista que os acionistas presentes renunciaram ao prazo de 30 dias para exercício do direito de preferência para o aumento do capital social previsto no artigo 171, § 4º, da Lei das S.A. ("Direito de Preferência") o seguinte: (i) os acionistas que não estiveram presentes nas Assembleias poderão manifestar sua renúncia ao prazo de 30 dias para exercício do Direito de Preferência, por meio de comunicação, por escrito, direcionada à Cia. e por ela recebida até 30/10/2023; (ii) caso a comunicação a que se refere a alínea anterior não seja recebida no prazo ali indicado, o direito de preferência poderá ser exercido, pelos acionistas, em até 30 dias a contar da publicação do presente aviso aos acionistas, qual seja até 30/11/2023 ("Período do Direito de Preferência"); (iii) a integralização das ações da AGE Aumento – Créditos será realizada mediante conversão de créditos de sua titularidade em face da Cia., no valor total de R\$ 500.000,00, que lhes foram transferidos por Almeida, Rotenberg e Boscoli – Sociedade de Advogados, CNPJ nº 61.074.555/0001-72, correspondente aos serviços prestados à Cia., no valor de R\$ 500.000,00; (iv) a integralização das ações da AGE Aumento – Aporte será realizada em aporte em moeda corrente nacional; (v) serão desconsideradas as frações de ações decorrentes do cálculo do percentual para o exercício do direito de subscrição, bem como para o direito à subscrição das sobras ou seu eventual rateio, de forma que tais frações serão posteriormente agrupadas em números inteiros de ações e serão objeto do rateio de sobras, podendo ser subscritas pelos que manifestaram o seu interesse nas sobras no Período do Direito de Preferência da subscrição; (vi) os acionistas com direitos de subscrição que desejarem exercer seu direito de preferência deverão enviar uma notificação, por escrito, direcionada a [mmastegun@demarest.com.br](mailto:mmastegun@demarest.com.br); (vii) após encerrado o Período do Direito de Preferência e existindo qualquer número de ações não subscritas, os acionistas (ou terceiros que tenham participado do aumento de capital via cessão de direito de preferência) que tiverem manifestado interesse na reserva de sobras do respectivo boletim de subscrição terão direito de participar em seu rateio de sobras, inclusive de sobras adicionais, na proporção de sua participação. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será realizada pela Cia. nos jornais habituais. São Paulo, 30/10/2023. **Gabriel Ricardo Kuznietz** – Diretor; **Thiago Giantomassi Medeiros** – Diretor. (31/10, 01 e 02/11/2023)

**Cartos Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**

CNPJ/MF nº 20.487.147/0001-65 - NIRE 35300553594

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/09/2023**

**Data/Hora/Local:** 13/09/2023, 10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Guilherme Gurgel de Oliveira Macedo; Secretário: Sergio Castro Emsenhuber. **Deliberações aprovadas:** 5.1. foi aprovada a emissão de Debêntures da Companhia, com as seguintes características principais: (a) **Número da Emissão:** A emissão constitui a 7ª emissão de debêntures da Emissora ("Sétima Emissão"). (b) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 13/09/2023 ("Data de Emissão"). (c) **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de 144 meses, sendo o vencimento final das Debêntures da Sétima Emissão em 13/09/2035 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado a serem previstas no "Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Cartas Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A." ("Escritura"). (d) **Valor da Emissão:** O valor total da Sétima Emissão será de R\$ 100.000.000,00 na Data de Emissão. (e) **Quantidade de Debêntures e Número de Série:** Serão emitidas até 100.000 debêntures ("Debêntures") da Sétima Emissão. A Sétima Emissão será realizada em série única. (f) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures da Sétima Emissão será de R\$ 1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (g) **Espécie:** As Debêntures da Sétima Emissão serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das S.A. (h) **Colocação:** As Debêntures da Sétima Emissão serão emitidas para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores realizado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. (i) **Tipo, Forma e Conversibilidade:** As Debêntures da Sétima Emissão serão sob a forma escritural e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados temporários ou definitivos. (j) **Garantias:** As debêntures não contarão com quaisquer garantias. (k) **Subscrição e Integralização:** As Debêntures da Sétima Emissão serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição sem a interferência de instituição financeira integrante do sistema de distribuição, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures. (l) **Amortização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Sétima Emissão será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento. (m) **Remuneração e Atualização Monetária:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Sétima Emissão incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa pré-fixada de 6,1677812% ao ano, base 252 dias úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios"), de acordo a fórmula apresentada na Escritura. (n) **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:** Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário. (o) **Pagamento do Principal e dos Juros Remuneratórios:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Sétima Emissão será pago, integralmente, em uma única parcela na Data de Vencimento, os Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, ressalvados os casos definidos na Escritura, serão pagos mensalmente. (p) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures da Sétima Emissão serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se a conta corrente de titularidade do(s) Debenturista(s) indicada(s) pelo(s) Debenturista(s) em até 5 dias úteis antes do respectivo pagamento ("Local de Pagamento"), se a(s) conta(s) não for(em) informada(s) até a data do pagamento, os pagamentos serão realizados pela Emissora em sua sede. (q) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Sétima Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplimento até a data do efetivo pagamento, bem como, de multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios"). (r) **Publicidade:** Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Sétima Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos titulares das Debêntures da Sétima Emissão, serão publicados no DOESP - Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Monitor Mercantil", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das S.A., devendo a Emissora comunicar os Debenturistas a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. (s) **Comprovação de Titularidade das Debêntures:** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures da Sétima Emissão será comprovada pela averbação nos Livros de Registro de Debêntures e de Transferência de Debêntures da Emissora. (t) **Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da Sétima Emissão em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55 da Lei das S.A. As Debêntures da Sétima Emissão, adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora. (u) **Amortização Antecipada Facultativa e Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo: (i) a amortização antecipada facultativa parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Sétima Emissão (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Sétima Emissão, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures da Sétima Emissão em circulação ("Amortização Antecipada Facultativa Parcial"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da Sétima Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme for o caso. (v) **Vencimento Antecipado:** Os Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na ocorrência das hipóteses previstas na Escritura. (w) **Destinação dos Recursos:** Os recursos provenientes da captação por meio da Sétima Emissão serão destinados a compra de quaisquer ativos, inclusive financeiros, de acordo com legislação vigente e em conformidade com o Estatuto Social da Companhia. 5.2. foi delegado à Diretoria poderes para praticar todos os atos à formalização, efetuação e administração das deliberações desta assembleia. Nada mais. São Paulo, 13/09/2023. JUCESP nº 396.554/23-4 em 05/10/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

**DÓLAR**

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,0188 / R\$ 5,0194 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,9689 / R\$ 4,9709 \*

Turismo - R\$ 5,0700 /

R\$ 5,1980

(\*) cotação média do

mercado

(\*\*) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -1,38%

OURO BM&amp;F

R\$ 293,80

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 1,69%

Pontos: 115.052

Volume financeiro:

R\$ 25,248 bilhões

Maiores altas: Locaweb

ON (10,29%), CVC Brasil

ON (8,73%), Carrefour

ON (7,80%)

Maiores baixas: Rai-

aDrogasil (-3,76%), Pão

de Açúcar ON (-1,66%),

Natura ON (-1,33%)

S&amp;P 500 (Nova York):

1,05%

Dow Jones (Nova York):

0,67%

Nasdaq (Nova York):

1,64%

CAC 40 (Paris): 0,68%

Dax 30 (Frankfurt): 0,76%

Financial 100 (Londres):

0,28%

Nikkei 225 (Tóquio):

2,41%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,06%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,14%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,04%

Merval (Buenos Aires):

6,41%

IPC (México): 1,48%

**ÍNDICES DE INFLAÇÃO**

IPCA/IBGE

Março 2023: 0,71%

Abril 2023: 0,61%

Maio 2023: 0,23%

Junho 2023: -0,08%

Julho 2023: 0,12%

Agosto 2023: 0,23%

Setembro 2023: 0,26%

## Negócios

### Grupo que controla Starbucks Brasil perdeu licença para operar a marca no país



O grupo SouthRock, que controla a Starbucks Brasil, perdeu o direito de uso da marca no país devido ao atraso no pagamento previsto no acordo de licenciamento. A notificação da rescisão da licença chegou em 13 de outubro deste ano, em meio a negociações de repactuação do contrato, e colocou em risco as atividades do grupo SouthRock, que também controla Subway e Eatly, no país. A SouthRock disse, em nota, que segue operando a marca Starbucks no Brasil. “Alinhamentos sobre licenças fazem parte do processo de recuperação judicial”, afirmou. A empresa considera não ter perdido a licença.

Na quarta (1º), o juiz Leonardo Fernandes dos Santos, da 1ª Vara de Falências da Justiça de São Paulo, negou o pedido de tutela de urgência feito pela SouthRock para suspender a rescisão do acordo de licenciamento.

Ele escreveu na decisão ter “dúvidas concretas” da competência da vara de falências para analisar o caso, uma vez que parece se tratar de um “verdadeiro litígio de direito empresarial envolvendo contrato de exploração de marca”. Ainda que fosse o foro adequado, o juiz do caso considerou que o grupo faz “alegações genéricas”.

As conversas entre assessores legais da dona da marca e os controladores no Brasil teriam sido interrompidas na sexta (27), o que precipitou o pedido de recuperação judicial encaminhado à Justiça de

São Paulo na terça-feira (31).

O juiz Leonardo Fernandes dos Santos, da 1ª Vara de Falências da Justiça de São Paulo, também pediu mais informações ao grupo antes de decidir sobre o processamento ou não da recuperação judicial.

Ele determinou a inclusão da “real situação de funcionamento da empresa, bem como de perícia prévia sobre a documentação apresentada”. O juiz nomeou a Laspro Consultores para a realização do laudo, que deverá se apresentar em sete dias corridos.

Segundo o pedido encaminhado à Justiça, o faturamento bruto da rede de cafeterias é de R\$ 50 milhões e “representa relevantíssima parcela do fluxo de caixa consolidado” do grupo. Folhapress

### As livrarias que crescem no vácuo de Saraiva e Cultura



Na contramão da crise das livrarias, Travessa e Leitura vêm abrindo novas lojas, muitas vezes substituindo os espaços vagos em shopping centers por marcas como Saraiva e Cultura – duas das últimas empresas do setor a pedir falência ou recuperação judicial, numa longa lista a qual se somam Laselva e Fnac.

Com perfis bastante diferentes (a Travessa tem 14 lojas e a Leitura mais de 100), ambas apostam na mesma tese: quem colocou suas fichas no gigantismo das megalojas e na tentativa de competir com o e-commerce ficou pelo caminho por oferecer um serviço menos qualificado e personalizado. A livraria precisa ser ‘raiz’, com

### Latam mantém compromisso de ter 5% em combustível sustentável até 2030

A diretora responsável por assuntos corporativos, regulatórios e de sustentabilidade da Latam Brasil, Maria Elisa Curcio, reiterou na quarta-feira que a companhia aérea está se movimentando para substituir, até 2030, 5% do querosene de aviação de seus voos por combustível de aviação sustentável, conhecido como SAF.

Durante participação em fórum que debate as relações entre Brasil e África, Curcio reforçou o compromisso da companhia de comprar o biocombustível de aviação de produtores da América Latina. A iniciativa faz parte da meta da empresa de alcançar a neutralidade das emissões de carbono até 2050.

Ela salientou ainda durante o evento as oportunidades, tanto no Brasil quanto na África, de geração de crédito

de carbono a partir de projetos de reflorestamento, incluindo a preservação da Amazônia.

“Quando a gente olha para os interesses econômicos do Brasil e da África, temos grande oportunidade de produção de crédito de compensações por meio de projetos que garantam a nossa preservação cultural, de mata e de fauna e flora”, comentou a diretora da Latam, apontando também o desafio de viabilizar investimentos nesses projetos.

Presente no mesmo painel, o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, frisou que o turismo deve ser uma das bases do desenvolvimento da Amazônia compatível com seus recursos naturais. Ele defendeu que o turismo seja visto ao mesmo tempo com estratégia, por gerar emprego e renda, e com ética ambiental.

IstoéDinheiro



cada ponto de venda focado na região onde está inserida e o perfil de seus clientes.

“Charles Darwin falava que a sobrevivência não seria dos mais fortes, mas dos que estão melhor adaptados. No nosso caso, é bem isso mesmo”, aponta Rui Campos, sócio da Travessa, nascida nos anos 1970, em Ipanema, no Rio de Janeiro.

Em agosto, a livraria inaugurou uma nova loja no Shopping Villa Lobos, ocupando o espaço que antes era da Livraria Cultura. Antes disso, em 2022, chegou ao Shopping Iguatemi, preenchendo a lacuna que tinha sido deixada pelo fechamento de uma grande unidade da Cultura. “É quase impossível imaginar um shopping que

não tem uma livraria. Todos querem ter uma”, diz Campos.

Na Leitura, das 105 lojas, pelo menos 20 são em shopping centers em que outra livraria saiu, conta Marcus Teles, presidente e sócio da livraria criada no centro de Belo Horizonte em 1967 pelo irmão, Emídio Teles.

Com o plano de chegar a 110 lojas até o fim deste ano e abrir outras dez unidades em 2024, a Leitura já é a maior rede de livrarias do país. Mas mantém a operação muito na palma da mão. Todas as lojas são da família fundadora, mas muitas têm sido abertas em sociedade com funcionários com mais tempo de casa e melhor desempenho – e sempre com capital próprio, numa com dívida. Exame